



RESENHA DO LIVRO: ALÉM DA FÁBRICA

Sabrina Guerghe*

SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (2003) *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo.

Em um contexto de mudanças econômicas globais, a desigualdade, o desemprego e a pobreza estão presentes ao lado da insatisfação dos trabalhadores. Mudanças provenientes de um processo de reestruturação produtiva, com uma rápida transformação tecnológica e um aumento da competição internacional que se deu, inclusive, através da abertura comercial do início dos anos 90. A partir desta nova realidade exige-se mais qualidade e eficiência no processo produtivo, trazendo novos dilemas aos sindicatos que, como atores representativos dos interesses dos trabalhadores, passam a buscar novas estratégias para reverter a precarização dos empregos afastando, assim, a incerteza e a insegurança dos assalariados.

O livro se apresenta como uma coletânea de artigos divididos em três partes que tem como objetivo discutir as principais questões sociológicas presentes neste debate atual sobre globalização e relações de trabalho, abordando estas questões a partir de autores especialistas brasileiros e estrangeiros, com destaque para as novas práticas provenientes do processo de reestruturação produtiva relacionado a um mercado globalizado. São colocados em discussão conceitos relacionados ao tema da globalização no contexto histórico das transformações ocorridas nas últimas três décadas nas sociedades contemporâneas industrializadas, em um conjunto de estudos e análises sobre a questão social, trabalho e sindicatos.

A primeira parte do livro analisa os novos desafios que se apresentam aos sindicatos, através de uma visão internacional, levando em consideração as recentes mudanças no mundo do trabalho que recaem sobre a sociedade. Dentre os assuntos abordados estão a inclinação das políticas sociais e públicas, as novas maneiras de organização do trabalho e as formas como os sindicatos vêm tentando enfrentar a lógica de desenvolvimento econômico pouco preocupada com o fator trabalho.

Na segunda parte, os autores discutem os aspectos das relações de trabalho na atualidade – partindo do cenário de mudanças globais, abordando a complexidade constitutiva da classe trabalhadora e a diversificação das suas demandas alterando sua compreensão que durante muito tempo foi percebida como a de um grupo coeso.

A terceira parte faz referência à configuração que os sindicatos têm adotado para estarem presentes na relação capital/trabalho e como vêm demonstrando capacidade de reagir e buscar novas estratégias para fazer frente a esta nova realidade trazida pela globalização da economia.

Tratando da relação entre questões como a flexibilização do trabalho, a informalidade e o desemprego, os autores apresentam o pano de fundo em que estes temas estão inseridos. Primeiramente, devemos perceber as transformações da sociedade contemporânea no final do sé-

culo XX e começo do século XXI. Estas alterações são bastante discutidas nos textos, inclusive com a utilização da expressão “mundo enxuto” que caracterizaria as novas formas de organização da produção e também a revolução microeletrônica. Na verdade, este “mundo enxuto” – um dos reflexos do processo de globalização – tem como princípio o aumento da produção com menos trabalhadores. Uma dessas mudanças ocorridas nas últimas três décadas foi a substituição do modelo de bem-estar social – onde o Estado regula tanto a economia quanto as questões sociais – pela “dieta neoliberal”. Esta dieta trouxe consigo a busca por uma maior “flexibilização” dos mercados e da produção, passando a ter, como regra de existência, contratos de trabalho mais “flexíveis”, estimulando a competitividade.

As alterações até aqui assinaladas podem ser resumidas e simplificadas na idéia de que o mundo do trabalho, atingido pelo Estado-mínimo, assume um contexto de pouca proteção, através de processos de flexibilização e da desregulamentação. O crescimento do setor informal seria um dos reflexos desta “nova organização flexível” (além dos tipos de contrato, da nova divisão social do trabalho, etc.). Dentro desse raciocínio, aparece a discussão sobre a “informalidade” e seu uso vulgarizado pela dissociação da sua relação com a flexibilização, tornando-se um termo que apenas denomina a ausência da carteira de trabalho assinada. Antes dos anos 80, o debate sobre informalidade apresentava a mesma como parte das relações no mercado, mas sendo concebida como “outras” formas de organização e, deste modo, não destacando relação direta com o assalariamento, quando este, em realidade, era restrito, pouco ou nenhum. O crescimento do desemprego e a crise da social-democracia trouxeram o repensar desta questão, alterando a natureza do debate. A noção de formal-informal que “*correspondia à forma aparente do jogo de claro-escuro*”, enfraquece e aos poucos vai dando lugar à noção de flexibilização que, na verdade, acaba por significar igualdade semântica.

Todas as questões referentes à informalidade e ao desemprego nas últimas décadas do século XX nos remetem ao sistema de flexibilização do mundo enxuto que, com a necessidade cada vez menor de trabalhadores, os joga para o desemprego, para o setor informal e/ou para a total ou parcial precarização das condições de trabalho. Estas conseqüências, não excludentes entre si, do processo de flexibilização e desregulamentação, só se tornaram possíveis nos países centrais também pela flexibilização do sistema de bem-estar social.

Em suma, as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, como a rápida globalização, a “dieta neoliberal”, a decadência do welfare state, o novo mundo enxuto e fatores correlatos, trouxeram e agravaram questões como a informalidade e o desemprego. Questões estas que refletem claramente a precarização crescente das relações de trabalho e do mundo do trabalho.

Entender a relação entre a reestruturação produtiva/mudanças no mundo do trabalho e a desigualdade, o desemprego e a criminalidade, nos remonta ao sistema produtivo “fordista” que tem como característica a produção em massa onde o trabalhador tem pouca mobilidade funcional e o Estado atua regulando as relações de trabalho. Nos anos 80, o debate sobre o “pós-fordismo” ganha força com a flexibilização das relações de trabalho e da produção. Em outras palavras, a rigidez da produção fordista é ferozmente combatida através do crescente processo

de flexibilização que reformula os contratos de trabalho, visando aumentar a competitividade e promove a total ausência do Estado nestas relações. Na verdade, a aceitação destas mudanças toma força a partir da crise do fordismo e os estudos sobre o assunto passam a verificar toda a precarização do trabalho conseqüente deste processo em que o trabalhador sente-se desprotegido e, cada vez mais, instável. O que, na verdade, é apresentado como progresso, acaba por tornar-se um processo de regressão social.

Toda essa regressão social tem como reflexo a reafirmação do “direito à segurança”. A discussão presente é a “necessidade” que a sociedade exige do uso do punho de ferro do Estado para conter a desordem produzida pelo desemprego em massa característico do mundo enxuto. Em outras palavras, a sociedade tem cada vez mais cobrado que o Estado através da sua mão armada – a polícia, e das suas instituições penais, contenha essa massa de trabalhadores desempregados por causa, principalmente, do processo de reestruturação produtiva.

Com a redução das oportunidades de trabalho oferecidas, as desigualdades foram tornando-se cada vez maiores, inclusive com o baixo crescimento do consumo. Além do consumo é analisada também a evolução dos diferenciais de renda percebendo a diminuição da parcela da população economicamente ativa.

As relações apresentadas podem ser sistematizadas da seguinte forma: a reestruturação produtiva produz mudanças no mundo do trabalho gerando, entre outras coisas, a desigualdade, o desemprego e a criminalidade, criando contradições – como a questão da utilização do Estado na repressão do crime –, distribuição desigual de renda, aumentando a pobreza e promovendo, desta forma, alterações profundas em nossa sociedade.

O livro levanta questões fundamentais para o entendimento das problemáticas relacionadas ao *mundo do trabalho*, trazendo, inclusive, a discussão do próprio termo. Os estudos atuais presentes no livro servem de sustentáculo para identificar o desenvolvimento do processo de globalização, indicando os limites e possibilidades advindas, sem a pretensão de esgotamento do assunto.

Questões como a diminuição de direitos – “*estabelecidos através da Reforma do Estado para compor uma cidadania de direitos dos trabalhadores*”, a caracterização de um novo regime apontado como “liberal-paternalista” que se apresenta como liberal no topo quando relacionado ao capital e às classes privilegiadas e paternalista/punitivo no que se refere à sua base, para aqueles já desestabilizados pelas transformações ocorridas na produção, na organização e gestão do trabalho com o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, são abordadas e discutidas promovendo uma boa contribuição aos estudos sobre “*a nova era das desigualdades, marcada, entre outras características, pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza global e pelo aumento das disparidades sociais, enfim, pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica*”.

“Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social” apresenta um sucinto balanço das tendências observadas nas negociações coletivas durante os anos 90, considerando impactos que as principais medidas de política trabalhista e as alterações nas normas de reajus-

te salarial tiveram sobre as negociações das categorias profissionais mais importantes, identificando as mudanças que o sindicalismo dos países industrializados vem sendo obrigado a efetuar em meio ao mundo enxuto e a crescente deterioração das condições de vida e trabalho na nova ordem global.

Algumas conclusões observadas apontam para a fundamental presença dos sindicatos com o intuito de garantir aos trabalhadores a conquista e a manutenção de seus direitos, destacando experiências de novas formas de organização. Neste sentido, o que os sindicatos precisam é lidar com a questão da segurança no emprego diante da possibilidade constante do desemprego.

A capacidade de reação do movimento sindical diante das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas três décadas tem se mostrado bastante eficaz onde a ação sindical se voltou para o interior das unidades produtivas, promovendo a emergência de um sindicalismo forte e com uma grande representatividade.

O livro, em cada um dos pontos tratados, levanta aspectos relativos às transformações por que vem passando o mundo do trabalho no que se convencionou chamar reestruturação produtiva. Divido em partes que agrupam grandes grupos temáticos, atravessa praticamente todos os pontos pertinentes a um exame aprofundado dos impactos que tais transformações provocaram nas relações sociais inerentes ao processo produtivo. Tomado em conjunto, é mais uma grande contribuição teórica ao debate contemporâneo a respeito da reestruturação produtiva e seus impactos sobre as relações de produção. 🌐

NOTAS

* **Sabrina Guerghe**. DRE: 099217319. Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq. e-mail: sabrinaguerghe@ufrj.br